

# Ibama prorroga a moratória de corte do mogno

Mauro Zanatta e Regina Scharf  
de Brasília e São Paulo

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) anunciou que continuará não emitindo autorizações para exploração de mogno na Amazônia por mais dois anos. A moratória está em vigor desde 1996 e suspende a emissão de novas concessões para extração de mogno e da virola. Mas esta segunda espécie ficará fora da imposição legal até o final deste ano. O mercado internacional de mogno é estimado em US\$ 20 bilhões anuais. No Brasil, existem 150 empresas produtoras e dez empresas exportadoras que movimentam anualmente R\$ 1 bilhão.

O governo brasileiro, coordenador do Grupo de Trabalho do Mogno, anunciou ainda a continuidade do contingenciamento para exportação da madeira. Da produção de 150 mil m<sup>3</sup> de mogno em 1997, apenas 63.420 m<sup>3</sup> foram oficialmente exportados. Outros 65 mil m<sup>3</sup> ficaram contingenciados. Isso, segundo Eduardo Martins, presidente do Ibama, é um bom sinal para a política de preservação do País.

Mas a nova moratória não foi comemorada pelos ambientalistas. "Ela é inócua, pois o volume de corte de mogno autorizado hoje pelo governo já é superior à demanda", critica Roberto Smeraldi, da organização não-governamental Amigos da Terra, que monitora as políticas florestais brasileiras há anos. "Apenas cinco empresas comercializam 70% do mogno e elas têm se valido de uma certa 'corrupção institucionalizada'", diz Smeraldi. No caso, ele faz referência aos leilões de lotes clandestinos apreendidos pelo Ibama que, segundo ele, costumam ser arrematados pelos próprios madeireiros pelo lance mínimo.

O Grupo de Trabalho do Mogno, responsável pela definição de pes-

quisas sobre estoques e criação de mecanismos para controlar o comércio internacional, discutiu durante três dias a inclusão da madeira na lista de espécies ameaçadas de extinção, o chamado Anexo II. O Brasil se opôs a essa inclusão na conferência internacional de 1997, em Harare, no Zimbábue.

Depois, o Brasil comprometeu-se a colocar em prática as medidas de proteção à espécie e a inclusão do mogno no Anexo III, que obriga a concessão de licença de exportação à produção de madeira serrada e laminados de mogno pela secretaria da Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies em Perigo de Extinção (Cites).

Para as ONGs, a posição brasileira prejudica o controle do mercado e incentiva o contrabando do mogno. O vice-presidente da Cites, Jim Armstrong, concorda e diz que as evidências sobre o contrabando de mogno do Brasil para a Bolívia ficaram maiores desde 1995. Pior: segundo ele, o País ainda não deu nenhuma satisfação sobre esses registros ao Cites.

No encontro de sexta, o Ibama confirmou ainda o investimento de R\$ 15 milhões de recursos internacionais num inventário florestal de madeiras tropicais que deverá ficar pronto em dois anos. "Isso aumentará nossa capacidade de questionar o processo de comercialização do mogno. Com a ativação do Sivam, teremos uma ajuda muito importante", acredita Martins.

Segundo o Ibama, o Brasil ainda teria um estoque de 16 milhões de metros cúbicos de mogno. No Pará, foram plantadas outras 6 milhões de mudas — ou 5 milhões de m<sup>3</sup> — que estarão prontas para o corte dentro de 30 anos. O órgão considera esse estoque suficiente para abastecer um mercado anual estimado em 300 mil m<sup>3</sup> pelos próximos 50 anos.